



# TRANSVERSALIDADES ENTRE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAIS QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS À LUZ DO PARADIGMA CIDADES MIL

Lauro Sergio Rodrigues Da Silva <sup>1</sup>

Instituto Federal Do Pará - IFPA, Pará, PR, Brasil

ADEBARO ALVES DOS REIS<sup>2</sup>, Instituto Federal Do Pará - IFPA,  
Pará, PR, Brasil

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo reflexionar sobre em que medida o paradigma Cidades MIL se articularia na perspectiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) envolvendo a *Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)* e a *Educação para a Cidadania Global* em perspectivas interdisciplinares, transversais e transdisciplinares às estratégias de desenvolvimento territorial quilombola com sustentabilidade socioambiental na Amazônia, de forma a possibilitar às/aos educandas/os quilombolas contribuírem para a construção de um mundo mais inclusivo, justo e pacífico através da conquista do poderamento, da autonomia e da emancipação socioeconômica e Ambiental de seus territórios, diante das diversas geopolíticas de dominação do espaço amazônico. Os resultados do trabalho evidenciaram convergências entre o paradigma Cidades MIL e as perspectivas ontológicas, teleológica e cosmográficas que conformam as estratégias de resiliência quilombola em terras brasílicas.

Palavras-Chave: Território Quilombola, Autogovernança Socioambiental, Meio Ambiente.

<sup>1</sup>Assistente Social; Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros; Participante do Grupo de Trabalho (IFPA-Campus Cametá/IMC-Instituto Mirico Cota/Quilombo São Benedito) o qual discute a implantação de uma Escola-Polo Quilombola no Quilombo São Benedito, em Cametá (PA), região do Baixo Tocantins; Participante do Grupo de Pesquisa Saúde Coletiva na Amazônia: Núcleo de Excelência em Pesquisa Clínica na Atenção Básica, Linha de Pesquisa: Avaliação e Monitoramento da qualidade dos serviços e Tecnologias de Saúde, da Universidade Federal do Pará; Participante do Grupo de Pesquisa Natureza, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia (NADESA), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://orcid.org/0000-0002-8344-7638>

<sup>2</sup> Professor do ensino básico, técnico, graduação e pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA Campus Castanhal. Pesquisador do CNPq. Coordenador da Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - INCUBITEC/IFPA Campus Castanhal. Líder do Grupo de Pesquisa em Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Rural Sustentável (GECOOPES). Miembro del grupo de investigación internacional ?Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios enla Unión Europeay Latinoamérica? (COODRESUEL) da Universidad de Alicante - Espanha. Foi vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA Campus Castanhal (2013-2015). <https://orcid.org/0000-0002-5177-8926>



## **TRANSVERSALITIES BETWEEN EDUCATION, SCIENCE, TECHNOLOGY, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY QUILOMBOLA IN THE AMAZON: THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACHES IN THE LIGHT OF THE MIL CITIES PARADIGM**

### **ABSTRACT**

This work aimed to reflect on the extent to which the MIL Cities paradigm would be articulated in the perspective of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) involving Media and Information Literacy (MIA) and Education for Global Citizenship in interdisciplinary, transversal and transdisciplinary perspectives to quilombola territorial development strategies with socio-environmental sustainability in the Amazon, in order to enable quilombola students to contribute to the construction of a more inclusive, fair and peaceful world through the achievement of empowerment, autonomy and socioeconomic and environmental emancipation of their territories, given the different geopolitics of domination of the Amazonian space. The results of the work showed convergences between the MIL Cities paradigm and the ontological, teleological and cosmographic perspectives that shape the quilombola resilience strategies in Brazilian lands.

Keywords: Quilombola Territory, Social and Environmental Self-Governance, Environment.

## **TRANSVERSALITÉS ENTRE ÉDUCATION, SCIENCE, TECHNOLOGIE, DÉVELOPPEMENT SOCIAL ET ENVIRONNEMENTAL ET DURABILITÉ QUILOMBOLA EN AMAZONE : APPROCHES THÉORIQUES ET MÉTHODOLOGIQUES À LA LUMIÈRE DU PARADIGME DES VILLES MIL**

### **RÉSUMÉ**

Ce travail visait à réfléchir sur la mesure dans laquelle le paradigme des Villes MIL serait articulé, du point de vue de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) impliquant l'éducation aux médias et à l'information (AMI) et l'éducation à la citoyenneté mondiale, dans un manière interdisciplinaire, transversale et transdisciplinaire aux stratégies de développement territorial quilombola avec durabilité socio-environnementale en Amazonie, afin de permettre aux étudiants quilombola de contribuer à la construction d'un monde plus inclusif, juste et pacifique à travers la conquête de l'autonomisation, de l'autonomie et l'émancipation socio-économique et environnementale de leurs territoires, face aux différentes géopolitiques de domination de l'espace amazonien. Les résultats des travaux ont montré des convergences entre le paradigme MIL Cities et les perspectives ontologiques, téléologiques et cosmographiques qui façonnent les stratégies de résilience quilombola dans les terres brésiliennes.

Mots-clés : Territoire Quilombola, Autogouvernance Sociale et Environnementale, Environnement.



# TRANSVERSALIDADES ENTRE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, DESARROLLO SOCIAL Y AMBIENTAL Y SOSTENIBILIDAD QUILOMBOLA EN LA AMAZONIA: APROXIMACIONES TEÓRICO- METODOLÓGICAS A LA LUZ DEL PARADIGMA MIL CIUDADES

## RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo reflexionar sobre la medida en que el paradigma de las Ciudades MIL se articularía en la perspectiva de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) involucrando la Alfabetización Mediática e Informativa (MIA) y la Educación para la Ciudadanía Global de manera interdisciplinaria, transversal y perspectivas transdisciplinarias a las estrategias de desarrollo territorial quilombola con sostenibilidad socioambiental en la Amazonía, a fin de que los estudiantes quilombolas puedan contribuir a la construcción de un mundo más inclusivo, justo y pacífico a través del logro del empoderamiento, la autonomía y la emancipación socioeconómica y ambiental de sus territorios, dadas las diferentes geopolíticas de dominación del espacio amazónico. Los resultados del trabajo mostraron convergencias entre el paradigma de Ciudades MIL y las perspectivas ontológicas, teleológicas y cosmográficas que configuran las estrategias de resiliencia quilombola en tierras brasileñas.

Palabras-clave: Territorio Quilombola, Autogobierno Social y Ambiental, Medio Ambiente.

## INTRODUÇÃO

As geopolíticas de dominação do espaço amazônico levadas a efeito pelos países centrais capitalistas conformam-se em uma lógica unidirecional (centro/periferia). Tal processo de dominação sobre as populações periféricas tem-se dado a partir de relações assimétricas, colonizadoras, impossibilitando-as de atingir o desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico com sustentabilidade Ambiental necessário à conquista de apoderamento, autonomia emancipação socioeconômica, impelindo-as ao desempenho de papéis subalternizados, determinados por aquela centralidade a partir da divisão internacional do trabalho: no concerto das nações, a periferia capitalista exerce papel de fornecedora de “recursos naturais”, em uma abordagem utilitarista; de expropriação e uso do potencial Natural presente nestes territórios em perspectivas de exploração que tem garantido somente o desenvolvimento econômico dos países exploradores centrais capitalistas (PINTO, 2000, pp.543-544; NOVION, 2011, pp.182-183; BECKER, 2012, p.124; SILVA et. al., 2021, p.144).

Não se pode ignorar que tais assimetrias decorrem dos avanços tecnológicos que homogeneizam as economias industrializadas, que passam a estabelecer relações das mais importantes entre si e dinamizam respectivamente suas economias, relegando a segundo plano sua periferia, conseqüentemente menos desenvolvida. Desta forma, grandes segmentos de populações dos países periféricos têm suas estruturas produtivas e espaços econômicos excluídos das oportunidades de avanços alcançados pelos "polos modernos" centrais capitalistas. (PINTO, 2000, p. 573).



É importante destacar que o desenvolvimento verificado no campo educacional científico e tecnológico daqueles países centrais é historicamente alcançado através de longo processo de colonização e exploração antes mencionado. As relações sociais de produção em terras brasílicas são estabelecidas com base no escravismo das populações originárias e negras africanas a partir do século XVI. Em lógica mercantilista, essa exploração colonial se acelera com a emergência da sociedade capitalista industrial ocidental a partir da Revolução Industrial no século XIX. Ao final daquele século ocorre a abolição formal do escravismo no Brasil; as populações negras são expulsas de suas terras e adentram a sociedade pós-escravista em situação de subalternidade, analfabetismo e favelização (FIABANI, 2012, p. 19; NOVION, 2011, pp.38-39; SILVA et al., 2021, p.143-148; LEITE, 2000, p. 335).<sup>3</sup>

No Brasil, a partir dos movimentos libertários dos anos 1980, as comunidades negras autorreconhecidas quilombolas conquistam no bojo da Constituição Federal de 1988 dentre outros, o reconhecimento do direito ao território, a autogestão coletiva e social de seus territórios e a promoção do desenvolvimento territorial sustentável de suas comunidades (BRASIL, 1988; BRASIL, 2003; BRASIL, 2007). Neste País, o conjunto dos territórios quilombolas representa mais de trinta milhões de hectares, onde habitam aproximadamente dois milhões de pessoas em mais de 3.500 comunidades (ALMEIDA, 2011, p.113; VERDUM, 2016, p. 1; LEITE, 2008, pp. 968-969).<sup>4</sup>

A partir da emergência de um mundo unipolar na década de 1990 ocorre a interligação das economias mundiais ancoradas na experiência neoliberal; observa-se a ampliação do acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet) refletindo os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) (LEVY, 1999). Assim se eleva o grau de integração político-econômico-social entre as diversas culturas, efeitos que caracterizaram esse novo estágio de desenvolvimento mundial, denominado *Globalização*. Os avanços tecnológicos e a velocidade das comunicações entre centralidade e periferia capitalista intensificaram os processos geopolíticos de dominação da região amazônica (NOVION, 2011, p.29; BECKER, 2012, pp.119-121; AMIM, 2015, p.1; SILVA & BAMPI, 2020, pp. 1480-1481; VIANA, 2021).

---

<sup>3</sup> A Lei 650/1850 conhecida como Lei de Terras, promulgada antes da abolição formada escravatura, tratou de condicionar o reconhecimento das propriedades das terras existente à anuência da Coroa. Negros e indígenas perderam o direitos as terras adquiridas ou até mesmo aquelas recebidas em doação com registro cartorário, transformando a luta pelo direito à propriedade da terra como uma questão de luta pela própria sobrevivência (LEITE, 2000; ROCHA, 2005).

<sup>4</sup> SILVA (et al., 2021) destacam o pensamento de Leite (2008) sobre o Projeto Quilombola, que “[...] emerge das lutas travadas ao longo da História pela ancestralidade quilombola que, chegando aos dias atuais, condensa e integra diversas noções de direito que abrangem não só o direito ao território, mas a todos os demais: às manifestações artísticas, educação, serviços básicos de saneamento, à definição do modelo de desenvolvimento local, às formas de se viver e a relação com a natureza material e espiritual do lugar, além das formas genuínas de regime de propriedade.”



Inobstante, desde a década de 1980 a UNESCO tem-se preocupado com alfabetização midiática informacional e a partir de então tem buscado estimular o exercício do pensamento crítico das pessoas através de diversos tipos de alfabetização (UNESCO, 2019). Nesse sentido, hodiernamente, observa-se a importância estratégica da aproximação entre a visão desse organismo e a dos demais *stakeholders* preocupados em promover Educação, Ciência e Tecnologia (ECT) a exemplo da instituições de ensino superior em uma perspectiva de transformação social (LECA, GOND & CRUZ, 2014, p. 614; SILVA, SILVA & REIS, 2017; SILVA et al. 2019; SILVA et al. 2021; MAGNANI, 2009; RIBEIRO, 2021; ORTIZ, 2021; YANAZE et al. 2020) e, conseqüentemente, das relações de poder centro-periferia capitalista através do encontro entre os conhecimentos produzidos pela sociedade nacional e as Experiências Tradicionais dos Povos Originários, Quilombolas e Populações Tradicionais amazônicas, calcadas em um processo de desenvolvimento tecnológico distinto daquele assimétrico, pensado fora do território amazônico.

Assim, neste artigo o argumento central é de que, em termos amazônicos, as estratégias Contra-hegemônicas às geopolíticas de dominação regional (ESCOBAR, 2005, pp. 76-80; NOVION, 2011; BECKER, 2012) poderão ser construídas a partir de alianças entre as comunidades locais, ONG's (CASTRO, HOGENBOOM & BAUD, 2011, p. 3) e instituições que atuam no campo da ECT, de forma incorporar, a partir do aprendizado conforme neste trabalho se reporta, elementos que contribuam para a formação de discentes quilombolas aptos à contribuir a partir de seus territórios (LECA, GOND & CRUZ, 2014; SILVA et al. 2019; SILVA et al. 2021) para a construção de um mundo mais inclusivo, justo e pacífico através da conquista do apoderamento, da autonomia e da emancipação socioeconômica e Ambiental de seus territórios e enfrentar o desafio de construir novas relações de poder centro-periferia no campo socioambiental<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Viana (2021, pp. 31-32) identifica a conformação atual do espaço agrário e agrícola amazônico em três categorias distintas: Territórios Socioambientais, composto pelos territórios dos povos originários, quilombolas e unidades de conservação; o Território Camponês e o Território do Capital. Novion (2011, pp.377-378) identifica ainda nesses espaços a presença atuante dos órgãos públicos federais, estaduais, municipais, governos mundiais, ONGs, comunidade científica, igrejas, corporações transnacionais, bancos e organizações internacionais, de pistoleiros, de traficantes de animais, drogas, humanos, metais preciosos, armas, biopiratas, latifundiários, garimpeiros, madeireiros, sem-terra ou com terras demarcadas, entre outros.



Tais alianças, estabelecidas em âmbito das diversas socioeconomias locais praticadas<sup>6</sup>, em processos de *produção de novidades*<sup>7</sup> e de fortalecimento dos modos de vida e da defesa dos Patrimônios Bioculturais e Imateriais (PBI) (RODRIGUES JUNIOR, 2009) ensejam a aproximação das diversas formas de se fazer ciência em paradigma diverso da ciência ocidental tendo o Local – espaço agrário e agrícola socioambiental amazônico - como ponto de partida de iniciativas estratégicas visando à conquista do apoderamento, autonomia e emancipação socioeconômica (OLIVEIRA et al., 2011, pp. 98-102; TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2009, pp.43-44; LECA, GOND & CRUZ, 2014, p. 688).

Nesse sentido, observa-se que os espaços de desenvolvimento de ECT<sup>8</sup> são igualmente espaços de construção de Autogovernança<sup>9</sup> territorial e de atuação das instituições de ensino superior assim como de abordagens envolvendo a *Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)* e a *Educação para a Cidadania Global*, de forma interdisciplinar, transversal e transdisciplinar às estratégias de desenvolvimento territorial quilombola na Amazônia, visando à conservação, proteção e resiliência ecossistêmicas com sustentabilidade socioambiental, em perspectivas contra-hegemônicas (CARVALHO LINO & SANTOS, 2020, p;104; AMIM , 2015, pp. 23-26; NOVION, 2011, pp. 29-32; CASTRO, HOGENBOOM & BAUD, 2011, p. 4; UNESCO, 2018, 2022).

Silva e Bampi (2020, p.1480) apontam também para essa possibilidade quando afirmam que contrapartidas frente a uma geopolítica de dominação, em retorno, também avançam para além das

---

<sup>6</sup> *As Experiências Tradicionais dos Povos Originários, Quilombolas e Comunidades Tradicionais se constituem em uma forma de fazer científico, envolvendo métodos de observação, experimentação uso, porém em uma lógica distinta da capitalista: calcada em cosmografias, cosmogonias e sentimento de pertença, construídos e herdados ancestralmente desde os tempos mais remotos. Nesse aspectos a região amazônica se apresenta enquanto locus privilegiado para o desenvolvimento de estudos científicos interdisciplinares, transversais e transdisciplinares* (BARTOLOMÉ, 2006, pp. 39-41; LITTLE, 2002; TOLEDO & BARRERA-BASOLS, 2009, pp. 39-43; SÁ, KANASHIRO & LEMOS, 2014, p. 112).

<sup>7</sup> *Nesse sentido, a produção de novidades* (OLIVEIRA, et. al., 2011) *apoiar-se em Experiências Tradicionais das comunidades socioambientais Amazônicas, acumuladas no Local desde os tempos mais remotos* (NEVES, 2006; TOLEDO & BARRERA-BASOLS, 2009; SÁ, KANASHIRO & LEMOS, 2014; SILVA et al., 2019; SILVA et al., 2021) *com base em seus respectivos modos de vida, ou seja, em elementos que compõem o Patrimônio Biocultural e Imaterial* (RODRIGUES JUNIOR, 2009, pp. 62-64) *de suas populações originárias, quilombolas e tradicionais.*

<sup>8</sup> *Leca, Gond & Cruz (2014, p. 696), diante do nível alcançado pelas incubações tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos pelas instituições de ensino superior e dos resultados dos trabalhos realizados e da importância desses trabalhos para o meio científico, destacam a importância dos estudos empíricos realizados em cada contexto local e defendem o compartilhamento de estudos entre EES e em rede, entre Incubadoras Tecnológicas de cooperativismo Popular (ITCP's).*

<sup>9</sup> *Para Carvalho, Lino & Santos (2020, pp. 101-102), os sujeitos socioambientais quilombolas ocupam seus territórios em regime de uso comum e compartilham características culturais, sociais e econômicas desde a chegada de sua ancestralidade em terras brasileiras. Em seus estudos os autores constataram a prática da autogestão a partir da autogovernança, o que possibilita a construção de instituições legítimas. Nesse sentido, autogovernança se apresenta como uma estrutura de compartilhamento de poder genuíno que possibilita governar e ser governado, ou seja, o autogoverno sobre os bens comuns, ambientais, simultaneamente instrumentalizados pela autogestão.*



fronteiras do Estado; alcançam movimentos sociais em escalas internacionais. Portanto, os avanços das Tecnologias de Comunicação e a Informação dariam tal ensejo, alcançando e organizando o espaço agrário a agrícola dos povos originários, quilombolas e unidades de conservação amazônicas em perspectivas amazônicas continentais.<sup>10</sup>

Tais elementos convergem com a perspectiva de UNESCO (2018, 2019, 2022), posto que a Internet e as TICs mediatizam as relações sociais em rede e, portanto, essas tecnologias se constituem também em instrumentos que podem ser utilizados em estratégias de natureza resiliente (BECKER, 2012; ESCOBAR, 2005, pp.79-80). Depreende-se da visão do organismo multilateral que os espaços cibernéticos e as ferramentas midiáticas, informacionais e de comunicação (LÉVY, 1999) assumem importância estratégica para a periferia capitalista, na medida em que tais espaços e instrumentos tecnológicos podem-se converter também em importante diferencial de transformação no desenvolver de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que possibilitam aos educandos quilombolas contribuir para um mundo mais inclusivo, justo e pacífico.

Porém é importante notar que tais elementos por si só não são neutros; mediatizam relações sociais ou seja, mediatizam contradições. Embora Unesco (2018, 2022) proponha o uso desses instrumentos em estratégias de transformação social ancorados em Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), visando a uma Educação para a Cidadania Global, neste estudo, essas estratégias são analisadas a partir de perspectiva Local, envolvendo o sentimento de pertença territorial quilombola (LITTLE, 2002; BARTOLOME, 2006).

Desta forma surge a seguinte questão problema: que contribuições interdisciplinares, transversais e transdisciplinares poderiam ocorrer entre o paradigma Cidades MIL e as perspectivas ontológicas, teleológicas e cosmográficas<sup>11</sup> que envolvem a discussão sobre desenvolvimento territorial com sustentabilidade socioambiental quilombola visando ao apoderamento, autonomia e emancipação socioeconômica e coletiva desses territórios na Amazônia?

Partiu-se da hipótese de que o paradigma Cidades MIL alinhado às ontologias, teleologias e cosmografias que ancoram o Patrimônio Biocultural e Imaterial (RODRIGUES JUNIOR, 2009) dos

---

<sup>10</sup> A conservação da Amazônia é de grande interesse ecológico, social e econômico para o planeta. Bem a propósito, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), formulado, assinado, ratificado, promulgado e integrado pelos governos da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, República Cooperativa da Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, promulgado no Brasil através do Decreto 85.050, de 18 de agosto de 1980, tem como uma de suas finalidades a promoção de um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia, mantendo o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente (MACHADO, 2016).

<sup>11</sup> As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas dos territórios socioambientais amazônicos possuem raízes muito antigas. Só recentemente os processos de observação, experimentação e uso do ambiente Natural desenvolvidos e executados ao longo do tempo passou a ser considerado como genuína forma de fazer ciência, distinta da forma realizada pela sociedade moderna ocidental (TOLEDO & BARREIRA-BASSOLS, 2009).



territórios socioambientais amazônicos (BECKER, 2012, pp. 120-121), em estratégias de uso e proteção desse patrimônio por parte destas comunidades teria o potencial de se alinhar e contribuir para os movimentos de resposta resiliente do Local para o Global (ESCOBAR, 2005, pp. 76-77; NOVION, 2011, pp. 40-44) em perspectivas multidimensionais visando a conquista da autonomia, apoderamento e emancipação socioeconômica territorial com sustentabilidade socioambiental, posto que o desenvolvimento de tecnologias das sociedades inteligentes, cria, contraditoriamente, as condições para a inserção de projetos estratégicos, resilientes, performativos críticos, propositivos e de transformação social dessas populações na organicidade do sistema capitalista (ORTIZ, 2021; GUILLEN & ORTIZ, 2020, pp. 175-179; RIBEIRO, 2021; LECA, GOND & CRUZ, 2014; SÁ, KANASHIRO & LEMOS, 2014; SILVA, SILVA & REIS, 2017; SILVA et al., 2019; SILVA et al., 2021).

## 1. CIDADES MIL, CONCEITO OU PARADIGMA

Cidades MIL é um conceito que incorpora inovações que facilitam e tornam a vida do cidadão mais feliz e sustentável, onde se destacam a importância e o caráter revolucionário das tecnologias na vida em sociedade, dado o seu potencial de sensibilizar as cadeias de valor e os modelos de negócios existentes. A partir da apreensão dos conhecimentos, habilidades e estímulos ao desenvolvimento do pensamento crítico e criativo é possível a conquista de melhores condições de expressão pessoal e melhor qualidade de vida (MAGNANI, 2019; ORTIZ, 2021; UNESCO, 2022).

O conceito Cidades MIL incorpora todas as inovações que uma cidade ou quaisquer outros espaços podem ser portadores e que facilitem e tornem a vida do cidadão mais feliz e sustentável. Envolve todas as faixas etárias e classes sociais na perspectiva de educar, capacitar e empoderar os moderadores desses espaços, além dos diversos stakeholders mais e menos tradicionais a fim de que se estabeleçam redes estratégicas de cooperação para uso crítico, ético, concretamente criativo e responsável nos espaços das novas estruturas e tecnologias oferecidas pelas cidades/espços contemporâneos. Mas isto requer a apreensão de conhecimentos sobre as barreiras culturais, necessários à efetivação de estratégias de superação destas barreiras por parte dos cidadãos - especialmente os jovens - assim como as organizações públicas, através da educação voltada para esta perspectiva envolvendo esses sujeitos públicos e individuais. (ORTIZ, 2021; PIAZZA, 2021; MAGNANI, 2019).

Ao nortear a construção de cidades que usem as novas tecnologia nessa perspectiva, é evidente a necessidade de participação de novos stakeholders (interessados) nesse processos como governantes, formuladores de políticas, influenciadores, jovens dentre outros atores, onde serão utilizadas a inteligência artificial, Bigdata, robótica e as novas tecnologias em geral com ética e





sustentabilidade ou seja, de forma crítica e criativa (propositiva) vislumbrando as consequências (com responsabilidade) pelos impactos sociais que elas podem provocar. Nesse sentido o conceito Cidades MIL agrega outros que o antecederam (MUSLEH, 2021; MAGNANI, 2019) conforme se verifica adiante.

A Unesco propôs em 2018 o paradigma Cidades MIL - Media and Information Literacy - incorporando e interligando em si paradigmas anteriores como de Cidades do Conhecimento, Cidades Criativas e Inovadoras, Cidades Empreendedoras, Cidades Saudáveis, Cidades Educadoras, Cidades Sustentáveis, Cidades Resilientes, Cidades Inteligentes, com suas semelhanças e especificidades intrínsecas, relativas a cada paradigma, envolvendo fatores econômicos, tecnológicos, socioambientais, de saúde, educação, cultura dentre outros. A idéia de Cidades MIL é resultante de uma iniciativa experimental de promover a alfabetização midiática e informacional nas cidades (AMI) ou MIL (Media and Information Literacy). Nota-se o grande desafio de integrar em Cidades MIL os demais paradigmas de cidade, em perspectivas interdisciplinares, transversais e transdisciplinares, uma vez que o paradigma vem a conformar as estratégias de estímulo à conexão entre as cidades do mundo, ao mesmo tempo em que busca desenvolver competências individuais e coletivas em AMI. (ORTIZ, 2021; UNESCO, 2018; RIBEIRO, 2021).

Importante lembrar que no Brasil foi assinado um acordo de cooperação técnica ainda em perspectiva das cidades inteligentes, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Mas enquanto as Cidades inteligentes e sustentáveis reclamam cidadãos inteligentes e capacitados por meio da mídia e da alfabetização de informações, as Cidades MIL enxergam o cidadão como elemento central na cidade; como usuários dos mecanismos desenvolvidos através de meios criativos ao longo de suas vidas para estímulo das competências necessárias que os possibilitem o acesso e o aproveitamento máximo da informação, tecnologia e mídia, com o melhor uso prático do potencial que uma cidade conectada pode proporcionar, permitindo o envolvimento cidadão de forma mais criativa, crítica e eficaz. (GULLÉN & ORTIZ, 2021).

Ortiz (2021) ao considerar Cidades MIL enquanto paradigma destaca o seu objetivo de sinalizar um caminho para as cidades e/ou outros espaços que proporcionem a capacitação inovadora de cidadãos com competências MIL quando da conexão com outras cidades do mundo. Nessa perspectiva, um conjunto de indicadores foi estabelecido para a aferição das cidades MIL, utilizando também balizadores de políticas urbanas que proporcionaram a evolução do conceito a partir das cidades inteligentes. Nesse sentido a alfabetização de mídia e informação já é considerada como ferramenta de desenvolvimento a nível mundial, reconhecida por 193 países. (UNESCO, 2018; GULLÉN & ORTIZ, 2021).



## **2. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS, ONTOLOGICOS, TELEOLOGICOS, TEÓRICO-METODOLOGICOS DA ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA, A LUZ DO PARADIGMA CIDADES MIL.**

Para Unesco (2018), Cidadãos alfabetizados em mídia e informação compreendem melhor o papel e a função da mídia e de outras fontes de informação; detém conhecimentos e habilidades bastante para analisar e usar de forma crítica e eficiente a mídia e a informação; tornam-se aprendizes autônomos e pensadores críticos, usufruindo plenamente dos avanços da sociedade do conhecimento e da informação da atualidade. Para o organismo multilateral, Cidades MIL contribui para o incremento no acesso a informação; estimula a participação social e política e proporciona o diálogo intercultural, inter-religioso e o combate a desinformação e o ódio, além de criar oportunidades econômicas, sociais e culturais.

As tecnologias revolucionam todo o cotidiano da vida em sociedade, em qualquer lugar do mundo e a qualquer momento, com potencial de oferecer desafios, oportunidades e complexidades, a exemplo das plataformas online que alteram drasticamente as cadeias de valor e os modelos de negócios existentes ao mesmo tempo em que as redes sociais se traduzem em ferramentas capazes de combater por exemplo a desinformação generalizada e, como antes citado, o discurso de ódio assim como de proteção à liberdade de expressão, ou ainda como estratégia de defesa do fluxo de entrada/saída de informações no campo virtual dos Espaços MIL, em razão do controle informacional via Inteligência Artificial (UNESCO, 2022).

Portanto, na perspectiva do paradigma Cidades MIL, observa-se a importância estratégica do *letramento midiático e informacional*, que possibilita aos cidadãos maiores possibilidades de exercício pleno de cidadania, cujo alcance de tal objetivo dependerá de acesso à Internet e as TICs. A aquisição de conhecimentos e habilidades e estímulos ao desenvolvimento do pensamento crítico e criativo possibilitam a conquista de melhores condições de expressão pessoal e melhor qualidade de vida e o descortinar de novas oportunidades no campo multidimensional socioeconômico, em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e ecológicos para as populações socioambientais amazônicas (SILVA, SILVA & REIS, 2017; VIANA, 2021), além de ampliar os espaços de diálogos interpessoais, intercultural; em temas como saúde, religiosidade e as relações territoriais com seu entorno (RIBEIRO, 2021).

Yanaze (2012), citado por Yanaze (et al., 2020, p. 1) ao pensar no conceito de tecnopedagogia, de que *"a ideia de que a formação do homem é inerente tecnológica e lúdica e que a resultante da relação dialógica entre homem e tecnologia tem naturalmente o elemento lúdico"*,



refere-se ao fato de que, quando o fator humano atua no sentido de compreender e transformar o ambiente onde inserido, em qualquer dimensão, ele também transforma a si mesmo. Yanaze (et al., 2020, p. 1) lembram que as Cidades MIL enquanto espaços urbanos com alfabetização midiática em 360 graus utilizam-se das novas tecnologias com a coparticipação de novos stakeholders assim como a Inteligência Artificial, o Blockchain, o Big data, a robótica e as novas tecnologias em geral respeitando as diversidades com empoderamento ético, sustentável, crítico e criativo das/dos cidadãos que devem arcar com os impactos socioambientais que isso provoca.

Na visão dos autores, Cidades MIL proporciona a evolução do conceito de cidades inteligentes que, ao contrário, subvertiam o fator humano e a participação. Com efeito, uma reflexão que talvez o pensamento dos autores possa eventualmente suscitar é se de fato, a tecnologia, em si, poderia produzir os elementos necessários a construção de significados no campo lúdico e ao mesmo tempo fazer referência ao fator humano que a maneja; dito de outra forma, se poderia fornecer elementos relacionados à ética deste fator e sua relação com o meio ambiente, de forma a dar sentido existencial em um continuum mais amplo às relações com seu entorno ou seja, poder apresentar efetivamente que posição e papéis ele (enquanto humano) ocupa naquele instante da apreensão do conhecimento, no mundo.

De fato, ainda em se tratando de tecnologia, as relações sociais de produção vigente também podem-se traduzir, subsidiariamente, em campo tecno-pedagógico determinante para a formação do estudante, uma vez que carrega consigo ontologias e teleologias que nortearão a aplicação do ensino no campo prático das relações sociais que a ele, em convívio social primário com seu grupo familiar e secundário com os demais grupos e instituições da sociedade a que pertence, lhe fora ensinado a estabelecer.

Trata-se, portanto, de enfrentamento de um grande desafio envolvendo a alfabetização midiática informacional estrutural nos território socioambientais: tem a ver com o modo de vida e suas ontologias que de forma imediata remetem à natureza humana, clara e delimitada; referem-se, de outra parte, às relações utilitárias entre seres humanos e o Ambiente natural, mediadas pelas as tecnologias ou seja, estas, enquanto instrumentos auxiliar no atendimento de necessidades específicas e de solução dos problemas e desafios relacionados tanto à sociedade capitalista industrial como à reprodução das vidas em espaço socioambiental quilombola.

Dito de outra forma, observa-se que a tecnologia atenderá ao propósito do modo de vida ao qual ela serve. O modo de vida que é marcado por relação dicotômica, baseada na separação ser humano-natureza ensinada irá produzir no campo das relações sociais uma relação utilitária entre seres humanos e Natureza; já o modo de vida calcado na relação de sentimento de pertença ao ambiente natural irá produzir relações socioambientais inclusivas, onde o ser humano sente-se parte



do ambiente Natural e, nas suas intervenções que caracterizam seus modos de vida, irá estabelecer relação com a Natureza de forma a conservar a capacidade de adaptação e resiliência dos ecossistemas onde está inserido (TOLEDO & BARREIRA-BASSOLS, 2009; LITTLE, 2002). Em perspectivas amazônicas, a alfabetização midiática informacional, para atender ao paradigma Cidades MIL deverá estruturar-se visando ao fortalecimento e à preservação dos modos de vida dos sujeitos amazônicos em seus respectivos lócus de reprodução de suas existências socioambientais.

Deste modo, os elementos que derivam de contato com o ambiente natural remetem às ontologias e teleologias que possibilitam ao estudante fazer a ligação entre si e o seu Local de pertencimento; assumindo desta forma sua identidade coletiva e seguramente poderá estabelecer a relação com o espaço Global onde sua cidade ou comunidade de formas sistêmica estão inseridos, a fim de que na diversidade cultural (relações interculturais) ele possa se identificar e ser identificado como pertencente a determinado Lugar. Consequentemente as relações sociais em rede também sofrem influência da forma como foram os internautas educados: com o sentimento de pertença ou dicotômico (refratários) dadas as relações estabelecidas no trabalho de transformação do ambiente natural onde foram inseridos.

Importante tal discussão, uma vez que Macdonald (2021) faz uma referência sobre a 5ª Revolução Industrial quando destaca a importância do ser humano no meio tecnológico em um momento civilizacional hodierno que entra em cena uma discussão seminal sobre a preservação ambiental planetária. Desta forma a tecno-pedagogia e a alfabetização midiática informacional são instadas a considerar também as existências de sujeitos socioambientais tecnológicos que, oriundos de espaços singulares de reprodução de suas vidas, são distintos mas não antagônicos, posto que suas origens são comuns: o planeta terra e as mesmas condições naturais dadas para a reprodução da vida coletiva planetária ou seja - *em contextos coletivos e ao mesmo tempo singulares* - do ponto de vista socioambiental e de suas multidimensionalidades decorrentes, o que remete à construção de novo paradigma que dê conta de uma relação entre tecnologia e Natureza tendo como ponto de partida e chegada a conservação e/ou a preservação ambientais, conforme aduz Piazza (2023), em todos os campos da percepção humana.

### **3. EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL PARA OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS A PARTIR DO PARADIGMA CIDADES MIL**

Como antes mencionado, os problemas e incoerências sociais que afetam os modos de vida quilombola têm relação com os processos de exclusão social infringidos secularmente a essas populações em face das demandas de agentes externos que recaem sobre seus territórios, além da



dificuldade de acesso a políticas públicas sociais e produtivas (LEITE, 2000: 2008; ALMEIDA, 2011, SILVA, SILVA & REIS, 2017; SILVA et al., 2021).

Nas atitudes de cidadania protagonista e ativa estão em foco os direitos, deveres e responsabilidades, podem e até mesmo devem ser exercidas de forma coletiva, cujas soluções de problemas e superação de desafios serão tratadas igualmente através de projetos coletivos, propositivos e inclusivos (YANAZE, et al., 2020), resilientes, performativos, críticos (LECA, GOND & CRUZ, 2014; SILVA et al., 2019; SILVA et al., 2021) e que possuam alcance no caso socioambiental amazônico para além da necessidade daquilo que se poderia chamar de readequação das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, posto que, para além desse enfoque, tais projetos buscam solução efetiva para questões relacionadas ao campo concreto<sup>12</sup>, aos Lócus de reprodução das vidas, conseqüentemente, de preservação e de conservação dos processos de adaptação e resiliência ecossistêmicas em territórios socioambientais, sendo possível contar com o apoio de stakeholders aliados (CASTRO, HOGEMBOON & BAUD, 2011; YANASE et al., 2020; AGAPITO, 2021; MAGNANI, 2023). Esses Lócus são caracterizados pela posse coletiva e autogestionária dos fatores e meios de produção e de relação social de produção ancorada no trabalho associado, coletivo e autogestionário praticado pelos sujeitos ambientais amazônicos desde os tempos mais remotos (NEVES, 2006; TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2009; CARVALHO, LINO & SANTOS, 2020).

Desta forma em território quilombola é possível o alcance da condição apontada por Piazza (2023) quanto a importância do ser humano retornar ao centro de todo o processo educacional, científico e tecnológico ao se projetar uma Cidade ou Espaço MIL (ORTIZ, 2021), ou seja, para além da noção de ser humano como um mero recurso, uma vez que este ser humano deverá saber como lidar com os avanços tecnológicos - dado que a tecnologia não é neutra e o ressignifica enquanto ser humano conforme antes mencionado - com repercussões globais que vão impactar de forma distinta, a partir da ética e criticidade dessa relação: ou dicotômica ou de pertença em relação ao ambiente Natural onde o cidadão está inserido; respectivamente, ou de impacto deletério ou de preservação socioambiental (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2009).

Com efeito, para a promoção transformadora a partir das ações dos agentes que aprimoram o bem comum em contextos das estruturas sociais, o conceito de Cidades MIL ancora-se na educação

---

<sup>12</sup> *A exploração continuada do potencial Natural Amazônico nos moldes coloniais realizados desde a chegada do colonizador às terras brasileiras do século XVI os dias atuais tem causado impactos e conflitos socioambientais em espaço agrário e agrícola sensibilizando negativamente os modos de vida das populações originárias, quilombolas e tradicionais locais, comprometendo o futuro do bioma Amazônico e contribuindo para a crise climática com risco de graves conseqüências para o equilíbrio ecológico planetário (VIANA, 2021; OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021; BOULTON, LENTON & BOERS, 2022).*



para a cidadania através da leitura, do entendimento, da capacidade de argumentação e da contraposição e criação de novos conteúdos - aspectos que constituem o letramento midiático informacional – desta forma permitindo a compreensão sobre o que poderia corresponder a uma educação integral de qualidade, em consonância com a necessidade de construção de trilhas pedagógicas que apoiem o conceito de cidades MIL. Esses elementos são constituídos a partir de contextos de práticas educativas para a cidadania em sua relação com a *literacia midiática*, o que envolve o ensino prático e a fixação dos princípios éticos-filosóficos quando da oportunidade de aplicação de todo o conhecimento adquirido pelo estudante; do objetivo último da aplicação do aprendizado no campo concreto da Vida, nesse sentido, em consonância com as preocupações de Rezende e Mesquita (2012) citados por Yanaze (et al., 2020).

Bem a esse propósito, é importante afirmar que a Educação Quilombola caminha nessa direção pois deve ser desenvolvida em contextos transdisciplinares conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola: em contextos que possam ser aplicados as teleologias e cosmografias que conformam a relação e o sentimento de pertença ao ambiente natural presente em seus territórios (BRASIL, 2012). Além disso, tais elementos encaminham as tecnologias disponíveis para uso coletivo, visando à soluções que proporcione o desenvolvimento das forças produtivas territoriais na mesma direção das ontologias, teleologias e cosmografias que devem mediatizar os processos pedagógicos que envolvem a *literacia midiática* e as trilhas pedagógicas que apoiem o conceito de Cidades MIL, porém de forma aplicável, pelas razões já expostas, nessas perspectivas, ao espaço territorial quilombola.

#### **4. RESILIÊNCIA QUILOMBOLA E O PARADIGMA CIDADES MIL: DESAFIOS E TRANSVERSALIDADES.**

A organização e adoção de táticas coletivas de resistência ao escravismo na formação dos quilombos iniciaram ainda no século XVI já na chegada, em terras brasílicas, de seres humanos escravizados provindos da África. Essas resistências, inclusive armada, se estenderam por mais de trezentos anos e depois, ao término formal do escravismo, em movimentos sociais quilombolas pela preservação da identidade étnico-cultural e, conforme antes mencionado, pelo reconhecimento de direitos buscando a concretização do *Projeto Quilombola* (ALMEIDA, 2011; FIABANI, 2012; LEITE, 2000; 2008).

As considerações de Ribeiro (2021), em contextos de execução de projeto Cidades MIL apontam para a possibilidade de formação de alianças com stakeholders interessados no Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade Socioambiental em território quilombola. Dentre



esses interessados, destacam-se as instituições de nível superior e seus processos de Incubação Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (LECA, GOND & CRUZ, 2014; SILVA et al., 2019; SILVA et al. 2021), abrangendo desde a mobilização à articulação nas rede de movimentos sociais<sup>13</sup> e de participação social, econômica e política das organizações em níveis e âmbitos gradativamente mais amplos (ESCOBAR, 2005; BECKER, 2012).

Magnani (2023) aponta também para essa direção, ao considerar que as ações ancoradas no conceito Cidades MIL inserem-se nos espaços físicos e digitais e inclui tanto atores tradicionais da educação formal (escolas, universidades, professores, alunos, familiares), como marqueteiros e jornalistas, instituições públicas e privadas, redes digitais e físicas de pesquisadores, ativistas, ecologistas, empresários, governantes, policemakers, comissões eleitorais, sistema de transporte, saúde pública, grupos artísticos e culturais, ONGs, associações de classe, bibliotecas, museus, projetos comunitários, dentre outros.

Com efeito, as estratégias MIL podem contribuir para o alcance, em territórios socioambientais, de resultados para além daqueles que oportunizam o aprendizado por osmose, ou seja, referem-se aqueles concernentes à educação e a transformação dos espaços socioambientais, uma vez que a perspectiva territorial amplia os escopos da formação que já ocorre em território, através das instituições que promovem a Educação Formal visando à formação de intelectuais e profissionais aptos a contribuírem para o desenvolvimento de seus territórios de origem (SILVA et al. 2019; SILVA et al., 2021).

Importante frisar que essa formação poderia até ser enquadrada em uma lógica pertinente à sociedade industrial; em espaço onde há o exercício profissional em contextos de uma *economia colaborativa e criativa*. Porém para se alcançar a sustentabilidade socioambiental no exercício intelectual ou profissional, há a necessidade de que tal formação se construa desde os primeiros níveis escolares à formação superior quilombola ancorada em lógica distintas da ciência ocidental, ou seja, sustentável em suas origens (BRASIL, 2012; MUSLEH, 2021).

Portanto há de se observar que as tecnologias que movem as iniciativas relativas a sociedades inteligentes, em um viés científico racional ocidental normalmente subestimam a capacidade de protagonismo efetivo dos cidadãos nesse processo, embora busquem potencializar no ambiente público a interação dos cidadãos com a cidade ou espaço nos quais vivem, ainda mesmo que se busque

---

<sup>13</sup> Pesquisadores como Flávio Gomes (2011), citados por Brasil (2012), afirmam que as comunidades negras rurais quilombolas no Brasil têm uma característica única – comparadas às comunidades semelhantes em países como Colômbia, Venezuela, Equador, Suriname, Jamaica entre outros – no caso, a densidade espacial e temporal e a articulação com outros setores sociais da população negra desde os tempos coloniais. Em terras brasileiras nunca houve isolamentos e, portanto, os quilombos cada vez mais se articularam com variadas formas de microssociedades camponesas. (BRASIL, 2012).



o melhor uso das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) visando o incremento da eficiência e a qualidade de vida quanto à segurança, saúde, recreação, serviços comunitários, etc. (MAGNANI, 2019).

Assim, Macdonald (2021) defende a necessidade do ser humano retornar a sua condição existencial de curiosidade absoluta quanto ao modo de vida e de reprodução de sua existência; aos desafios que se lhe apresentam e o estimulam à busca pelas necessárias transformações desejadas de acordo com suas percepções.

O autor avalia que as redes sociais por si só não oferecem em se tratando de significados bastante à existência humana, pois ao disponibilizar sistematicamente meios para que se busque coisas que são similares aos interesses humanos diretos, elas reduzem a capacidade cognitiva ao não permitir uma visão humana ampliada, desta forma impedindo que as pessoas percebam que há muito mais nas relações humanas do que nos estímulos aos novos hábitos de consumo e nas facilidades modernas existentes na cidade aos quais a sociedade moderna, ocidental, se acostumou.

Agapito (2021) também chama à atenção para essa natureza contraditória das redes sociais, quando destaca o fato de um Projeto MIL carregar a possibilidade de:

- a) aprofundar a participação popular para além das redes sociais, de modo intencional;
- b) incentivar a formação de novas associações e iniciativas populares;
- c) desenvolver novas interações entre associações, empresas e órgãos públicos, inclusive visando a conservação do patrimônio histórico e cultural da região;
- d) desenvolver novos mecanismos de gestão de crise.

Na direção do pensamento de Agapito (2021), em especial ao item “d” anterior, Ortiz (2021) destaca os desafios que se apresentam ao combate a desinformação a exemplo das “fake News” e a questão da infodemia - perigos que podem levar à morte das pessoas – portanto, na perspectiva do paradigma Cidades MIL, além da informação que deve chegar às todas as classes, há a necessidade de que as informações incorretas e maliciosas diminuam, o que poderá ter relação com a necessidade adoção de mecanismos de gestão de crises sociais deflagradas através da redes sociais pelo uso de desinformação e pós-verdades.

Piazza (2023) também ressalta o potencial negativo das novas tecnologias relacionada a sociedade de controle como o capitalismo de vigilância e o super consumo como ameaças, mas que podem desaparecer com a inserção de novas práticas em cidades ou espaços criados e voltados para a satisfação humana, uma vez que o avanço da tecnologia, por outro lado, permite ao ser humano interpretar a realidade ambígua com o exercício do pensamento crítico que lhe são inerentes. Segundo Unesco (2022), as redes sociais devem-se dedicar especialmente ao combate à desinformação





generalizada e ao discurso do ódio, inclusive enquanto estratégia essencial à proteção da liberdade de expressão.<sup>14</sup>

Do ponto de vista das relações sociais de produção calcadas na posse coletiva dos meios e fatores de produção que caracterizam o território quilombola há a possibilidade de superação imediata de algumas etapas como:

a) em relação ao aprofundamento do diálogo como estratégia de pacificação e coesão;

b) saberes e experiências locais que integram o patrimônio Biocultural Imaterial (PBI) de cada território, o que elimina a necessidade do uso de mitos e símbolos locais como instrumento de persuasão com riscos de manutenção de preconceitos. Desta forma haveria a expectativa de fortalecimento nas relações internas, em redes etnoculturais, além das relações interculturais com o seu entorno territorial.

c) Em relação à organização coletiva dos territórios socioambientais quilombolas, ainda que refletindo a soma das densidades demográficas bastante reduzidas em relação as cidades, por exemplo, porém em contextos regionais de organização em redes solidárias “quase uniterritoriais” (HAESBAERT, 2004; MANCE, 2002);

d) Do ponto de vista das estatísticas públicas, pode-se também vislumbrar a possibilidade de mitigação ou mesmo superação da desigualdade no volume de dados que geram fragmentação, dispersão e maior exclusão das populações originárias e afrodescendentes sub-representadas na rede mundial, além de fazer frente ao desafio conceitual MIL em relação as cidades de pequeno porte (ou espaços menores que o cidadão) que sofrem o assédio de forma mais determinante da cultura de massa.

Desta forma a *Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)* visando a uma *Educação para a Cidadania Global* além de proporcionar o amadurecimento do usuário quanto aos riscos causados por notícias falsas e o desenvolvimento de novas competências, também tem o potencial de incentivar o uso saudável e moderado das TICs, mas podendo ir além, ao pensar de forma integrada a saúde mental contra a “ultra exposição”, como já advertem alguns estudos.

---

<sup>14</sup> Unesco (2022) enfatiza que, com como tecnologias spyware raramente são regulamentadas e responsabilizadas de forma transparente, os agentes humanos perpetradores da violência agem impunemente, muitas vezes sem deixar vestígios. Expressões de ódio contra jornalistas por exemplo, dispararam e afetaram particularmente mulheres jornalistas. Além disso, a era digital aumenta o risco de os profissionais de mídia e suas fontes serem visados, assediados e atacados, por exemplo, devido à retenção de dados, spyware e vigilância digital. Um exemplo é o que foi publicado pelo jornal *The Guardian*, na Inglaterra: <https://www.theguardian.com/world/2023/feb/15/disinfo-black-ops-exposing-the-companies-and-states-spreading-false-information>.



## 5. A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM SUSTENTABILIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA E SUAS ARTICULAÇÕES COM O CONCEITO DE CIDADES MIL

Em contextos de formação profissional e tecnológica do discente quilombola, o conceito de Sustentabilidade é abordado enquanto estímulo às responsabilidades étnicas, envolvendo uma inter-relação entre justiça social, qualidade, equilíbrio ambiental e quebra de paradigmas relacionados ao atual padrão de desenvolvimento capitalista (LECA, GOND & CRUZ, 2014; RUTKOWSKI, 2016; SILVA, 2018; SILVA, SILVA & REIS, 2017; SILVA et al. 2019; SILVA et al. 2021). Em contextos territoriais, esta formação também se caracteriza enquanto *Produção de Novidade* (OLIVEIRA, et al., 2011) e ocorre a partir das ações de ensino, pesquisa, extensão e exercício profissional de egressos, em seus próprios territórios, onde se vislumbram dimensões do fenômeno da *Novidade* para além da racionalidade cartesiana da ciência ocidental e sua relação utilitária com o ambiente Natural.

Portanto, conforme antes mencionado, em tais níveis de formação as instituições de ensino dispõem da oportunidade de lidar, vivenciar e desvendar aspectos que se vinculam às relações sociais de produção distinta da capitalista, calcadas em ontologias e teleologias construídas e herdadas ancestralmente e que regem a posse coletiva dos fatores e meios de produção e sentimento de pertença em relação ao Ambiente Natural presente em seus territórios (LITTLE, 2002; BARTOLOME, 2006).

Neste contexto, trabalha-se com a noção de territorialidade em Little (2002), enquanto esforço coletivo por parte de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parte específica de seu ambiente físico, convertendo-a assim em seu “território”. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único *homeland*<sup>15</sup>, a exemplo dos quilombos em terras brasílicas.

Quanto ao Desenvolvimento Sustentável, Magnani (2023) lembra que o termo revestiu-se de maior força no século XX a partir do pronunciamento da ONU (Organização das Nações Unidas) cujo conceito refere-se adoção de práticas que objetivam o equilíbrio entre o meio ambiente, a promoção social e a viabilidade econômica, o que o inglês John Elkinton, ao analisar o impacto gerado pelas organizações, utilizou como três pontos de apoio de seu conceito denominado "Triple Botton

---

<sup>15</sup> A palavra inglesa “*homeland*” tende a ser traduzida como “*pátria*” em português. Mas o significado mais comum de *pátria* faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo “*homeland*” de seus outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação. (LITTLE, 2002, p. 3).



Line". Um ponto que se observa neste conceito da ONU é de que o meio ambiente é algo que se coloca descolado da promoção social e da viabilidade econômica.

Já do ponto de vista das populações socioambientais amazônicas, o meio ambiente, ao contrário, nada mais é do que o resultado concreto das estratégias de viabilidade socioeconômica e da promoção social colocada em movimento por aquelas populações, a partir de seus respectivos modos de vida e de observação, experimentação e uso do potencial natural amazônico, em perspectivas metodológicas que ancoram as Experiências Tradicionais ou modo originário de fazer ciência, tecnologia e inovação, colocadas em movimento desde os tempos mais remotos, resultando na Amazônia tal qual a conhecemos: favorável a vida, como consequência do manejo e gestão do espaço agrário e agrícola pelos povos originários cuja presença na região remonta 11.000 anos (NEVES, 2006; TOLEDO & BARREIRAS-BASSOLS, 2009).

Desta forma, os ecossistemas socioambientais amazônicos atendem às necessidades de reprodução as vidas das populações da região, com conservação ambiental, desde antes da chegada do colonizador às terras brasílicas. A partir de então, a região passou a ser considerada com “Fronteira de Recursos Naturais” (NOVION, 2011), visando ao atendimento do modo de vida da sociedade mercantilista e posteriormente industrial, o que hodiernamente restou evidenciado que os avanços tecnológicos caminham na mesma direção das ontologias, teleologias e cosmografias que regem as sociedades e suas respectivas relações sociais de produção, que tanto podem favorecer ou enfraquecer os processos de adaptação e resiliência ecossistêmica decorrente das invenções dos grupos sociais em a Natureza, com visto anteriormente.

O enfoque sobre desenvolvimento sustentável em territórios quilombolas<sup>16</sup> neste trabalho assumem feições paradigmáticas, pois referem-se às relações sociais de produção distinta da sociedade capitalista; ao desenvolvimento das forças produtivas territoriais ancoradas em Experiências Tradicionais ancestralmente construídas e acumuladas, aliadas ao acesso aos conhecimentos educacionais, científicos e tecnológicos acumulados pela sociedade nacional ofertados de acordo com as especificidades etnicoculturais (BRASIL, 2012), como elementos-chave para a construção de repostas aos problemas locais, à produção de bens de valor de uso para disponibilizá-lo ao consumo territorial e o excedente à troca com o mercado consumidor capitalista,

---

<sup>16</sup> Embora o termo *Sustentabilidade* se refira comumente a aspectos econômicos, além de se tratar de um termo polissêmico e estar em constante disputa por parte dos estudiosos do assunto, em sentido complexo, a sustentabilidade apresenta-se como um dos grandes desafios da humanidade e exige atenção para questões como as de sobrevivência, preservação, convivência, comprometimento, pertencimento e interdependência sistêmica (BALDISSERA & KAUFMANN, 2013). Para além disso, essa abordagem sistêmica poderá também ser estudado em termos de *Gestão Territorial* (BECKER, 2012) e *Organizacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários* (RUTKOWSKI, 2016).



na perspectiva de que os resultados socioeconômicos produzidos coletivamente sejam igualmente apropriados coletivamente pelos que os produzem no território.

O regime de propriedade em território quilombola constitui-se em um diferencial no desempenho das atividades de transformação da Natureza e dos sistemas de produção e troca, realizadas em bases não capitalistas: a propriedade da terra é coletiva e ali ocorre o trabalho associado, coletivo e autogestionário, praticado pelos agricultores familiares reunidos em torno de sua associação comunitária e, através do Associativismo, buscam a inserção de seus projetos resilientes, performativos, críticos e de transformação social na organicidade capitalista, através das práticas de Economia Solidária (LEONELLO, 2010; GARAVELLO, SILVA & SANTOS, 2008; NORONHA, 2015; SILVA et al. 2019; SILVA et al., 2021).

Além disso, outros aspectos ontológicos, teleológicos que ancoram suas cosmografias estão presentes no modo de vida e nos processos de reprodução de suas existências; conformam as estratégias de suas lutas em defesa e conservação da paisagem e do meio ambiente, proporcionando as contribuições que essas comunidades secularmente têm oferecido ao País através da Sustentabilidade Ambiental observada em seus territórios (RÊGO & CASTRO, 2014).

Desta forma, do ponto de vista de estudos e discussões sobre modelo de desenvolvimento territorial quilombola, as cosmografias, sentimento de pertença e relação com a Natureza tanto das populações quilombolas e demais afrodescendentes abre a possibilidade de se reunir elementos paradigmáticos que contribuam para as discussões sobre desenvolvimento territorial com sustentabilidade ambiental em lógica diversa da capitalista e seu sociometabolismo mercantilista e de controle social calcado na acumulação individual de bens socialmente produzidos.

Neste sentido destaca-se o pensamento de Ribeiro (2021), ao reflexionar sobre o paradigma Cidades MIL, enquanto anúncio de um novo tempo: a autora lembra os compromissos com o presente e com as gerações subsequentes ancorados naqueles compromissos que foram assumidos com o passado; firmados a partir de uma cadeia geracional iniciada com os primeiros homens e mulheres africanos. Assim, o passado torna a mirar o futuro e a participar da construção social de forma responsável daquele, já no presente. Compreende-se portanto, que o pensamento da autora poderia resumir o encontro entre o paradigma Cidades MIL e a noção de desenvolvimento territorial com sustentabilidade socioambiental quilombola, visando à conquista do apoderamento, autonomia e emancipação socioeconômica territorial.

## **6. CONSIDERAÇÕES**

Os territórios socioambientais amazônicos se apresentam como potenciais parceiros da UNESCO e demais stakeholders em contexto de aplicação do paradigma Cidades MIL e sua



abordagem holística (humana, tecnologia, ambiente) em contextos de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) visando a uma Educação para a Cidadania Global. As parcerias poderiam estar relacionadas às estratégias de desenvolvimento territorial com sustentabilidade socioambiental, o que por sua vez poderia contribuir para a conformação de modelos de projetos inovadores de integração da alfabetização midiática e informacional (AMI) nos sistemas educacionais formais e de aprendizagem ao longo da vida.

Os desafios que se apresentam ao conceito Cidades MIL possuem natureza sistêmica, complexa, interdisciplinar, transversal e transdisciplinar, dada as perspectivas ontológicas, teleológicas e éticas, uma vez que o indivíduo é a centralidade e seu entorno lócus de produção coletiva de bem-estar e desenvolvimento humano. O ponto de partida para a sua aplicação pode ser bairros, movimento sociais, comunidades ou organizações ou seja, espaços menores que o cidadão. Nesse sentido Cidades MIL, enquanto escopo de projeto resiliente, performativo, crítico e de transformação social também amplia a possibilidade de formação de alianças entre as comunidades quilombolas e stakeholders interessados no desenvolvimento territorial com sustentabilidade ambiental.

Insto posto, o conceito Cidades MIL pode-se estender para todo o território socioambiental Amazônico brasileiro (45% da Amazônia Legal), envolvendo ações de ensino, pesquisa extensão, em abordagens inter-transdisciplinar, estágio escolar, profissional, de incubação tecnológica, utilizando-se das TIC's e sua capacidade de estruturação no mundo do trabalho, em estruturas organizacionais que, do ponto de vista socioambiental, poderia fortalecer a augestão, a posse coletiva, autonomia dos territórios socioambientais na Amazônia e seu papel frente a questão climática.

Porém um dos grandes desafios que se apresentam ao território quilombola seria o acesso às TICS e a Internet assim como o letramento midiático e informacional na perspectiva de possibilitar aos cidadãos maiores possibilidades de exercício pleno de cidadania. Além disso nota-se também que as tecnologias informacionais possuem caráter de mão dupla: podem emancipar ou dominar dado território, já que as estratégias de comunicação não são neutras.

Para os território quilombola, torna-se importante a realização de estudos teórico-empíricos sobre as seguintes questões: Em campo concreto, em que medida o letramento midiático e informacional contribuiria para a resolução dos problemas e de que forma poderia ser inserido nas estratégias resilientes dos territórios? Em que medida contribuiria para o fortalecimento e proteção do Patrimônio Biocultural Imaterial, essencial ao desenvolvimento territorial e à oferta de serviços ecossistêmicos ao planeta?

O paradigma Cidades MIL insere-se de forma crítica nos espaços de desenvolvimento tecnológico e ecossistêmico da informação e comunicação calcados no modo de vida da sociedade



capitalista industrial mercantilista ocidental, cuja relação com o ambiente Natural, dicotômica e utilitária são construídas e organizadas a partir de conhecimentos educacionais, científicos e tecnológicos, postos hegemonicamente, com base na ciência ocidental desenvolvida pelos países centrais capitalistas.

Portanto, em termos amazônicos, os desafios a serem enfrentados pelo paradigma Cidades MIL passa pela necessária convergência com a visão estratégica secular de resistência dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais; com possibilidade conjunta de construção do apoderamento, autonomia e emancipação desses territórios em bases resilientes.

Diante da perspectiva de que as cidades e os Espaços MIL são considerados integrantes da estrutura da sociedade em rede (AGAPITO, 2021), há mais ponto positivo ainda a ser destacado: os dados produzidos pelas populações quilombolas aferidos em uma perspectiva de rede “quase uniterritorial” (HAESBAERT, 2004) a depender das estratégias envolvendo as tecnologias informacionais, colocadas em movimento, a partir do paradigma Cidades MIL, cujas informações neles contidas podem-se constituir em elementos determinantes para o desenvolvimento tanto de produtos como de políticas públicas voltadas para esse grande público com o apoio de stakeholders interessados na conquista do apoderamento, emancipação e autonomia dos territórios socioambientais amazônicos.

Mas também podem abarcar estratégias de desenvolvimento dos territórios socioambientais amazônicos ancoradas em Experiências Tradicionais portanto, em uma forma distinta de percepção de mundo e fazer científico, o que possibilita a adoção das estratégias envolvendo as tecnologias informacionais e de comunicação colocadas em movimento sob a ótica quilombola e suas ontologias, teleologias e cosmografias, o que poderá traduzir-se em genuínas contribuições ao paradigma Cidades MIL.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPITO, Leonardo Simões. O desafio conceitual MIL para as cidades pequenas: proposições a partir do caso de Jaú, Brasil. In: *The VII International Congress Culture, Communication, Marketing and Community*. Moscou, 28 Jan. 2020. *Word in Science*, v. 2, n° 1, p. 137-150, 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Quilombos e as novas etnias: *UEA Edições*, 2011. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=MTg3LmhvdGxpbnMs>. Acesso em: 31 mai. 2016.

AMIM, Mário Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 107, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/pdf/5993>. Acesso em: 6 Jun. 2022.

BALDISSERA, Rudimar; KAUFMANN, Cristine. Comunicação Organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. *Comunicação e Sustentabilidade*, v. 10, N° 18, p.



59-70, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139169/134511>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Rio de Janeiro, *Mana*, vol.12, nº 1, p. 39-68, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100002). Acesso em: 2 jul. 2016.

BECKER, Bertha Koiffman. A geografia e o resgate da Geopolítica. *Espaço Aberto*, V. 2, N.1, p. 117-150, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079/1846>. Acesso em: 22. abr. 2023.

BOULTON, Chris; LENTON, Timothy; BOERS, Niklas. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. *Nature Climate Change*, London, v. 12, p. 271-278, Mar. 2022. Disponível em: [www.nature.com/natureclimatechange](http://www.nature.com/natureclimatechange). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 set. 2016.

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 02 set. 2016.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. 2007a. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 02 set. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº 16/2012*. Brasília: D.O.U de 20/11/2012, Seção1, Pag.8. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&Itemid=30192). Acesso em 25 Jun. 2016.

CARVALHO, Josué de Lima; LINO, Cristine de Santana Martins; SANTOS, Ticiane Lima dos. Identidade étnica, autogovernança e ativos biológicos: um olhar a partir da experiência em uma comunidade quilombola. *Movendo Ideias*, v. 25, n. 1, jan./jul. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/342381738\\_IDENTIDADE\\_ETNICA\\_AUTOGVERNANCA\\_E\\_ATIVOS\\_BIOLÓGICOS\\_UM\\_OLHAR\\_A\\_PARTIR\\_DA\\_EXPERIENCIA\\_EM\\_UMA\\_COMUNIDADE\\_QUILOMBOLA](https://www.researchgate.net/publication/342381738_IDENTIDADE_ETNICA_AUTOGVERNANCA_E_ATIVOS_BIOLÓGICOS_UM_OLHAR_A_PARTIR_DA_EXPERIENCIA_EM_UMA_COMUNIDADE_QUILOMBOLA). Acesso em: 15 dez. 2022.

CASTRO, Fábio; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel. Governança ambiental na América Latina para uma agenda de pesquisa mais integrada. Campinas, *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 1-13, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/317/31722235002.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.

FIABANI, Aldemir. Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. Ed. Expressão Popular: São Paulo. 2012. 2ª. Edição. Niteroi:EdUFF.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: Globalização ou Pós-Desenvolvimento? *CLACSO*, p. 69-86, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8\\_Escobar.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf). Acesso em: 23 dez. 2020.

GARAVELLO, Elisa Maria Paula Eduardo; SILVA, Márcia Regina. SANTOS, Kátia Maria Pacheco. Artesanía com fibras de banana em la perspectiva de la Multifuncionalidade em comunidades quilombolas. Disponível em: <http://saudepublica.bvs.br/pesquisa/resource/pt/lil-493047> .2008. Acesso em: 23 mai. 2016.



GUILLÉN, Maria Isabel Camañes; ORTIZ, Felipe Chibás. Cidade MIL, um conceito em construção: a cidade de São Paulo. In: *The VII International Congress Culture, Communication, Marketing and Community*. Moscou, 28 Jan. 2020. Word in Science, v. 1, nº 1, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

LECA, Bernard; GOND, Jean-Pascal; CRUZ, Luciano Barin. Building 'Critical Performativity Engines' for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil. 2014. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1350508414534647>. Acesso em: 25 fev 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos No Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV, nº 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf). Acesso em: 02 set. 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: Desafios, conquistas e impasses atuais. Estudos Feministas. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015>. Acesso em: 02 set. 2016.

LEONELLO, João Carlos. O Associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da Economia Solidária. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca (SP), 2010. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/leonello.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. 2002. Disponível em: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle\\_\\_1.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf). Acesso em 01. Jul 2016.

MACDONALD, Ian. Painel - Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: Tecnologia, Sustentabilidade, Educação e Inclusão. [Entrevista cedida a] Lilian Lima. *Inovativos*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGwlmsCIKtc>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Introdução. In: COSTA, Beatriz Souza (org.). Panamazônia: o ordenamento jurídico na perspectiva das questões Socioambientais e da proteção ambiental. Belo Horizonte: *Dom Helder*, 2016. Cap. 3, p. 6. Disponível: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjSs9\\_wt5P7AhUlr5UCHQUoCvcQFnoECA8QAQ&url=http%3A%2F%2Fdev2.domhelder.edu.br%2Fuploads%2F%2FLivro%2520%2520%2520Pan-Amaz%25C3%25B4nia%2520PDF.pdf&usq=AOvVaw0FVph7Itx74NpgLeaAz1I\\_](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjSs9_wt5P7AhUlr5UCHQUoCvcQFnoECA8QAQ&url=http%3A%2F%2Fdev2.domhelder.edu.br%2Fuploads%2F%2FLivro%2520%2520%2520Pan-Amaz%25C3%25B4nia%2520PDF.pdf&usq=AOvVaw0FVph7Itx74NpgLeaAz1I_). Acesso em: 03 nov. 2022.

MAGNANI, Vitor. A cidade mil: novo olhar da UNESCO. *Vitormagnani*, INOVA360. [S. I], 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.vitormagnani.com.br/a-cidade-mil-novo-olhar-da-unesco/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MANCINI, Euclides André. *A Revolução das Redes*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MUSLEH, Amir. Painel - Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: Tecnologia, Sustentabilidade, Educação e Inclusão. [Entrevista cedida a] Lilian Lima. *Inovativos*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGwlmsCIKtc>. Acesso em: 15 fev. 2023.

NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zarat Ed., 2006.





NOVION, Martin-Léon-Jacques Ibáñez. Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía, Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonía y el futuro en cuestión. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Latinoamericanos) - *Universidad Nacional Autónoma de México*, Cidade del México, México, 2011. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt26-1/9075-hegemonia-integracion-y-seguridad-en-las-americas-a-principios-del-siglo-xxi/file>. Acesso em: 3 nov. 2022.

NORONHA, Raquel Gomes. Era uma vez no quilombo: narrativas sobre turismo, autenticidade e tradição entre artesãs de Alcântara (MA) In: *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, 2015, p.43. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/viewFile/16351/12373>. Acesso em: 23 mai. 2016.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. 21 fatos climáticos de 2021. Brasília, DF, [2021]. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/21-fatos-climaticos-de-2021/>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Daniel et al. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente. In Schneider, Sérgio; Gazolla, Márcio. (Org.). *Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 91 -116, 2011.

ORTIZ, Felipe Chibás. Painel - Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: Tecnologia, Sustentabilidade, Educação e Inclusão. [Entrevista cedida a] Lilian Lima *Inovativos*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGwlmsCIKtc>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PIAZZA, Carlos. Painel - Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: Tecnologia, Sustentabilidade, Educação e Inclusão. [Entrevista cedida a] Lilian Lima *Inovativos*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGwlmsCIKtc>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina. (Org.) BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Trad. RIBEIRO, V. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RÊGO, Lilane Sampaio; CASTRO, Marina Siqueira de. Inclusão Produtiva e etnodesenvolvimento para as comunidades quilombolas. In: *Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados*. 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/cadernos%20de%20estudos20.pdf>. Acesso em: 30.06.2016

RIBEIRO, Ronildo Iyakemi. Cidades MIL: anúncio de um novo tempo. Reflexões. In: *The VII International Congress Culture, Communication, Marketing and Community*. Moscou, 28 Jan. 2020. Word in Science, v. 2, nº 1, p. 126-133, 2021.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. O Decreto 4.887/2003 e a regulamentação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. In: LEITE, Ilka Boaventura; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e; MOMBELLI Raquel. Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação de Terras. *Boletim Informativo do NUER*. Florianópolis: NUER/UFSC, 2005. Disponível em: [http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/w- wsptjzrurz\\_boletim\\_nuer\\_2.pdf](http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/w- wsptjzrurz_boletim_nuer_2.pdf) Acesso em: 01/07/2016.

RODRIGUES JUNIOR, Edilson Beas. A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável. 2009. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-03062011-085003/publico/Edson\\_BEAS\\_versao\\_integral.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-03062011-085003/publico/Edson_BEAS_versao_integral.pdf). Acesso em: 04 nov. 2022.

RUTKOWSKI, Jacqueline. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: outro mundo, outra economia, outra engenharia. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-05.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.



SÁ, Tatiana Deane de Abreu; KANASHIRO, Milton; LEMOS, Walkymário de Paulo. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na pesquisa agrícola amazônica: um desafio para atingir a sustentabilidade. *Agroecossistemas*, v. 6, n. 1, p. 110-124, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/1850/2296>. Acesso em: 14 set. 2016.

SALLES, Vicente. 1971. O negro no Pará. Sob o regime da escravidão. 1ª edição. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. Geopolítica e antigeopolítica na Amazônia no neoliberalismo. *Ciência Geográfica*, - XXIV - Vol. 24, nº 3, pp. 1478-1505, 2020. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV\\_3/agb\\_xxiv\\_3\\_web/agb\\_xxiv\\_3-29.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-29.pdf). Acesso em 8 jun. 2022.

SILVA, Lauro Sérgio Rodrigues da. Gestão Social e Economia Solidária em Território Quilombola: Uma abordagem metodológica para autogestão. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) - *Instituto Federal do Pará Campus Castanhal*, Castanhal. 2018.

SILVA, Lauro Sérgio Rodrigues da et al. Proposta de um modelo teórico para autogestão social e territorial em comunidade indígena Assurini, à luz da economia solidária, em Tucuruí, Estado do Pará, Brasil. *Otra Economía*, vol. 12, n. 21:69-92, 2019.

SILVA, Lauro Sérgio Rodrigues da et. al. O Território Quilombola e sua luta por emancipação, apoderamento e autonomia: desafios e oportunidades, à luz da economia solidária. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 38, pp.139-170, 2021. Disponível em: <https://docplayer.com.br/228895391-O-territorio-quilombola-e-sua-luta-por-emancipacao-apoderamento-e-autonomia-desafios-e-oportunidades-a-luz-da-economia-solidaria.html>. Acesso em: 3 nov.2022.

SILVA, Lauro Sergio Rodrigues da; SILVA, Juliana Sousa da; REIS, Adebaro Alves dos. A importância dos estudos científicos sobre Economia Solidária em territórios e comunidades quilombolas na Amazônia paraense. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 19 (2), p. 1-21, e10252, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10252>. Acesso em: 24 fev. 2023.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. Etnoecologia: uma ciência pós-normal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 31-45, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14519/10948>. Acesso em 07 ago.2022.

UNESCO. Media and Information Literacy Cities. 2018. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy/mil-cities>. Acesso em: 16 fev. 2023.

UNESCO. Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities). 2019. Disponível em: [https://en.unesco.org/sites/default/files/global\\_framework\\_for\\_mil\\_cities.pdf](https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf). Acesso: 21 fev. 2023

UNESCO. Message from Ms Audrey Azoulay, Director-General of UNESCO, on the occasion of World Day for Cultural Diversity for Dialogue and Development, 21 May 2022. 2022. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381619\\_eng](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381619_eng). Acesso em: 22 fev. 2023.

VIANA, Gilney. Amazônia em Disputa. In: ANDRADE, Manoel; IADANZA, Enaile; MATSUNAGA, Célia (org.). *Amazônia em tópicos*, v.1, p. 24-60, 2021. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/127/337/1042>. Acesso em: 5 nov. 2022.

VERDUM, Ricardo. Terras e Territórios Quilombolas. 2016. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/terras-e-territorios-quilombolas-no-ppa-2012-2015>. Acesso em 18 set. 2016.



YANAZE, Leandro Key Higuchi et al. Trilhas pedagógicas para a cidadania no desenvolvimento de cidades. In: YANAZE, Mitsuru Higuchi; ORTIZ, Felipe Chibás. *Das cidades inteligentes às CIDADES MIL: métricas inspiradas no olhar da UNESCO*. São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível em: <https://www.plataformacidadaniadigital.com.br/storage/documents/13/401jhlzMr6vwPMt7u10FVXLLMuRgjwYQAHY>. Acesso em: 21 fev. 2023.